



Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 34.111.187/0001-12
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil
Ouvidoria: 0800-7700668 - ouvidoria@haitongib.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V.Sas., o relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 30 de junho de 2018, acompanhadas das notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária e normas regulamentares do Banco Central do Brasil.

Desempenho das Atividades

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apresentou prejuízo de R\$ 6.984, motivado principalmente pelo complemento de provisões para cobrir perdas com instrumentos de dívida a receber e créditos inadimplentes (vide notas explicativas nºs 8 "b" e 8 "c").

O patrimônio líquido atingiu R\$ 514.789 ao final do semestre, após considerar o resultado do semestre. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 17,7% ao final do semestre no "Conglomerado Prudencial", superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil. O ativo total alcançou R\$ 5.845.722 ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 4.816.583 correspondente a 82,4% dos ativos totais.

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.881.955, correspondente a 49,3% dos ativos totais, representada por 88,9% em títulos públicos e 11,1% em títulos de emissão privada. Dessa carteira, o Banco classificou 78,0% em "títulos para negociação", 18,1% em "títulos disponíveis para venda" e 3,9% em "títulos mantidos até o vencimento", em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Banco, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R\$ 814.670, correspondente a 1,6 vezes o patrimônio líquido final.

A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 354.418 ao final do período. Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R\$ 249.714, atingiu o saldo de R\$ 604.132 ao final do período. Dessa carteira de crédito, 70,1% das operações foram classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. As parcelas vencidas totalizaram R\$ 7.963 correspondente a 2,2% da carteira. A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 30.772, correspondente a 8,7% da carteira de crédito.

Os recursos captados totalizaram R\$ 4.980.875 ao final do período, sendo representados por: R\$ 122.222 em depósitos interfinanceiros; R\$ 744.839 em depósitos a prazo; R\$ 3.484.729 em captações no mercado aberto; R\$ 211.348 em repasses do BNDES e R\$ 417.737 em letras financeiras e certificados de operações estruturadas.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

São Paulo, 29 de agosto de 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30.06.2018	30.06.2017	Passivo	Nota	30.06.2018	30.06.2017
Circulante		4.303.519	4.483.358	Circulante		4.127.755	4.396.742
Disponibilidades.....	4	21.619	4.359	Depósitos.....		593.371	1.005.009
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.805.065	1.888.215	Depósitos interfinanceiros.....	11 a	122.222	173.388
Aplicações no mercado aberto.....	5	1.805.065	1.629.519	Depósitos a prazo.....	11 a	471.149	831.621
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	-	258.696	Captações no mercado aberto		3.412.953	3.279.940
Títulos e valores mobiliários e				Carteira própria.....	11 a	1.679.315	1.679.725
instrumentos financeiros derivativos		2.298.511	2.442.191	Carteira livre movimentação.....	11 a	1.733.638	1.600.215
Carteira própria.....	6 a	642.601	313.532	Recursos de aceites e emissão de títulos		61.012	40.514
Vinculados a compromissos de recompra.....	6 a	1.382.758	1.652.717	Recursos de letras financeiras, crédito do agronegócio			
Vinculados à prestação de garantias.....	6 a	239.569	440.967	e letras de crédito imobiliário.....	11 a	59.755	31.984
Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	33.583	34.975	Certificados de operações estruturadas.....	11 a	1.257	8.530
Operações de crédito		98.610	75.544	Relações interdependências		1	-
Operações de crédito - Setor privado.....	8 a	124.275	100.572	Recursos em trânsito de terceiros.....		1	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa.....	8 b	(25.665)	(25.028)	Obrigações por repasses do País -			
Outros créditos		75.311	66.751	Instituições oficiais		20.691	25.583
Créditos por avais e fianças honrados.....		-	33.763	BNDES.....	11 a	17.938	17.433
Rendas a receber.....		4.194	4.751	FINAME.....	11 a	2.753	8.150
Negociação e intermediação de valores.....	9 a	23.488	15.130	Instrumentos financeiros derivativos		19.500	15.778
Diversos.....	9 b	47.629	36.741	Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	19.500	15.778
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	8 b	-	(23.634)	Outras obrigações		20.227	29.918
Outros valores e bens		4.403	6.298	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		5	21
Despesas antecipadas.....		4.403	6.298	Sociais e estatutárias.....		3.825	3.825
Realizável a longo prazo		1.249.316	1.460.552	Fiscais e previdenciárias.....	9 c	7.115	15.611
Aplicações interfinanceiras de liquidez		83.185	56.266	Diversas.....	9 d	9.282	10.461
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	83.185	56.266	Exigível a longo prazo		1.202.546	1.147.831
Títulos e valores mobiliários e				Depósitos		273.690	584.076
instrumentos financeiros derivativos		629.822	843.580	Depósitos interfinanceiros.....	11 a	-	253.299
Carteira própria.....	6 a	172.069	153.039	Depósitos a prazo.....	11 a	273.690	330.777
Vinculados a compromissos de recompra.....	6 a	444.958	151.681	Captações no mercado aberto		71.776	86.789
Vinculados à prestação de garantias.....	6 a	-	212.425	Carteira própria.....	11 a	71.776	86.789
Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	12.795	326.435	Recursos de aceites e emissão de títulos		356.725	59.077
Operações de crédito		201.669	295.066	Recursos de letras financeiras, de crédito do agronegócio			
Operações de crédito - Setor privado.....	8 a	206.540	313.922	e letras de crédito imobiliário.....	11 a	356.725	59.077
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8 b	(4.871)	(18.856)	Obrigações por repasses do País -			
Outros créditos		333.990	263.290	Instituições oficiais		190.657	210.519
Rendas a receber.....		230	3.535	BNDES.....	11 a	190.657	207.716
Diversos.....	9 b	333.996	259.957	FINAME.....	11 a	-	2.803
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa.....	8 b	(236)	(202)	Instrumentos financeiros derivativos		174.566	61.058
Outros valores e bens		650	2.350	Instrumentos financeiros derivativos.....	7 a	174.566	61.058
Despesas antecipadas.....		650	2.350	Outras obrigações		135.132	146.312
Permanente		292.887	176.724	Fiscais e previdenciárias.....	9 c	17.199	23.142
Investimentos		275.344	155.538	Diversas.....	9 d	117.933	123.170
Participações em controladas - no País.....	10	266.047	145.559	Resultado de exercícios futuros		632	532
Outros investimentos.....	10	9.297	9.979	Rendas antecipadas.....		632	532
Imobilizado de uso		9.359	11.654	Patrimônio líquido		514.789	575.529
Outras imobilizações de uso.....		17.370	18.774	Capital - De domiciliados no País.....	12 a	420.000	420.000
Depreciações acumuladas.....		(8.011)	(7.120)	Reservas de lucros.....		203.504	203.504
Intangível		8.184	9.532	Ajustes de avaliação patrimonial.....		(6.849)	(5.403)
Ativos intangíveis.....		10.721	10.770	Lucros acumulados.....		(101.866)	(42.572)
Amortização acumulada.....		(2.537)	(1.238)	Total do ativo		5.845.722	6.120.634
Total do ativo		5.845.722	6.120.634	Total do passivo e patrimônio líquido		5.845.722	6.120.634

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
 (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo do semestre por ação)

	Semestres findos em 30 de junho		
	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira.....		561.976	500.425
Operações de crédito		20.102	26.004
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		624.437	373.108
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(82.344)	99.170
Resultado de operações de câmbio		(219)	2.143
Despesas da intermediação financeira.....		(653.708)	(539.745)
Operações de captação no mercado.....		(641.544)	(479.200)
Operações de empréstimos e repasses.....		(8.413)	(9.609)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8 c	(3.751)	(50.936)
Resultado bruto da intermediação financeira ...		(91.732)	(39.320)
Outras receitas/(despesas) operacionais.....		29.016	(38.013)
Receitas de prestação de serviços	17 b	15.474	7.831
Despesas de pessoal.....		(24.305)	(34.064)
Outras despesas administrativas	17 c	(11.799)	(15.553)
Despesas tributárias	17 d	(4.942)	(3.101)
Resultado de participações em controladas.....	10	4.890	812
Outras receitas operacionais.....	17 e	58.147	6.599
Outras despesas operacionais.....	17 f	(8.449)	(537)
Resultado operacional		(62.716)	(77.333)
Resultado não operacional		(439)	10
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(63.155)	(77.323)
Imposto de renda e contribuição social		56.171	38.809
Provisão para imposto de renda.....	13 a	3.416	1.390
Provisão para contribuição social	13 a	828	2.870
Ativo fiscal diferido	13 b	51.927	34.549
Participações no lucro.....		-	(1.579)
(Prejuízo) do semestre		(6.984)	(40.093)
Número de ações	12 a	127.338.665	127.338.665
(Prejuízo) do semestre por ação - R\$		(0,05)	(0,31)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

	Semestres findos em 30 de junho	
	2018	2017
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(6.984)	(40.093)
Ajustes ao lucro líquido.....	(26.857)	37.544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.751	50.936
Depreciação e amortização	1.923	1.956
Resultado de participações em controladas	(4.890)	(812)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(4.244)	(4.260)
Créditos tributários.....	(51.927)	(34.549)
Outras provisões operacionais.....	20.700	24.273
Varição cambial de investimento no exterior.....	1.923	-
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa.....	5.907	-
Variações em ativos e passivos	571.176	(833.505)
Redução (aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez ...	449.363	76.689
Redução (aumento) em Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos.....	(864.098)	1.645.443
Redução (aumento) em Operações de crédito	24.996	42.813
Redução (aumento) em Outros créditos.....	(26.125)	(10.125)
Redução (aumento) em Outros valores e bens.....	209	2.815
Aumento (redução) em Depósitos	(259.840)	(241.315)
Aumento (redução) em Captações no mercado aberto	870.743	(2.300.138)
Aumento (redução) em Recursos de aceites e emissão de títulos.	305.354	13.573
Aumento (redução) em Relações interdependências.....	1	-
Aumento (redução) em Obrigações por empréstimos e repasses.	(12.542)	(8.541)
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos.....	83.199	(20.959)
Aumento (redução) em Outras obrigações	3.078	(33.594)
Aumento (redução) em Resultados de exercícios futuros.....	(152)	(166)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.010)	-
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades operacionais	537.335	(836.054)
Atividades de investimentos		
Aumento de capital em participações em controladas.....	(115.286)	-
Ajuste na avaliação de investimento	682	-
Aquisição de imobilizado de uso.....	(520)	(2.055)
Alienação de imobilizados de uso	247	205
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades de investimento.....	(114.877)	(1.850)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(5.907)	-
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	416.551	(837.904)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	975.427	1.558.011
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	1.391.978	720.107
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	416.551	(837.904)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
		Capital	Legal Para Expansão		Acumulados	Total	
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018.....		420.000	31.043	172.461	(376)	(94.882)	528.246
Outros Eventos:							
• Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	(8.396)	-	(8.396)
• Outros eventos		-	-	-	1.923	-	1.923
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(6.984)	(6.984)
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2018.....		420.000	31.043	172.461	(6.849)	(101.866)	514.789
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2017.....		420.000	31.043	172.461	(2.195)	-	621.309
Ajustes de exercícios anteriores (vide nota 9 "e")		-	-	-	-	(2.479)	(2.479)
Outros Eventos:							
• Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	(3.208)	-	(3.208)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(40.093)	(40.093)
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2017.....		420.000	31.043	172.461	(5.403)	(42.572)	575.529

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco) é uma empresa controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação de instituições controladas (Corretora e Distribuidora), integrantes do sistema financeiro.

Como parte da estratégia de negócios, mantivemos as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US\$ 37.112 mil (2017 US\$ 129.877 mil) e US\$ 18.497 mil (2017 US\$ 97.747 mil), respectivamente.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco, incluindo sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29.08.2018.

As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local. Essas demonstrações financeiras foram consolidadas nas demonstrações financeiras do Banco. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco e sua dependência no exterior foram eliminados, quando aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: **a)** Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), **b)** Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03), **c)** Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), **d)** Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), **e)** Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24), **f)** Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10), **g)** Resolução 4.007/11 - Evidenciação de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erros (CPC 23), **h)** Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1), **i)** Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33), **j)** Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, **k)** Resolução nº 4.534/16 - Ativo intangível (CPC 04), e **l)** Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência.
- b. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e, se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068 (vide nota nº 6):
 - a) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 - b) Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
 - c) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado do período.
- c. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na B3 e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor de mercado, em conformidade com Circular BACEN nº 3.082 (vide nota nº 7 "a"). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria "hedge de risco de mercado" (vide nota nº 7 "c"). Adicionalmente, desde o início da operação e de maneira continuada, o Banco documenta se o instrumento de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor de mercado do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A operação de hedge é descontinuada quando o Banco cancela ou não se qualifica mais como hedge ou o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado. Os ganhos e perdas decorrentes das mudanças no valor de mercado dos instrumentos de hedge e dos itens objeto de hedge são registrados em contas de receitas e despesas no resultado.
- d. As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 (vide nota 8 "b").
- e. Redução do valor recuperável (*impairment*) - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.
- f. Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos:
 1. As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota nº 10).
 2. Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos.
 3. Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato.
- g. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável.
- h. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 14), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, sendo:
 - **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- i. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15%, acrescidas de 10% acima de determinado limite, 15% até 31 de agosto de 2015; 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 13 "a" para IRPJ e CSLL). A Lei nº 13.169/15, alterou a Lei nº 7.689/88, elevando a alíquota da contribuição social para 20% referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 13 "b"). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
- j. Garantias financeiras prestadas: as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas foram avaliadas de acordo com a natureza da obrigação prestada, na experiência passada, nas expectativas futuras e na política de avaliação de risco da Administração. Essa avaliação é revista pelo menos semestralmente. A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo registrada em adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. A adoção desses procedimentos teve os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo o registro da provisão constituída sobre a aplicação inicial realizado em contrapartida à conta de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512 (vide nota nº 9 "e").
- k. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme Resolução CMN nº 3.604, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	30.06.2018	30.06.2017
Disponibilidades.....	21.619	4.359
- Aplicações no Mercado Aberto - Posição bancada.....	3.546	-
- Aplicações no Mercado Aberto - Posição vendida.....	1.366.813	457.052
- Aplicações em Moeda Estrangeira.....	-	258.696
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Total.....	1.370.359	715.748
Total.....	1.391.978	720.107

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

					30.06.2018		30.06.2017	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
- L.T.N.....	3.162	10	-	-	3.172	3.172	-	-
- N.T.N.-B.....	384	-	-	-	384	384	-	-
Aplicações no Mercado Aberto - posição bancada.....	3.546	10	-	-	3.556	3.556	-	-
- L.T.N.....	637.316	334.393	-	-	971.709	971.709	296.152	295.675
- N.T.N.-B.....	30.900	-	-	-	30.900	30.900	111.227	111.198
- N.T.N.-F.....	698.597	100.303	-	-	798.900	798.900	1.222.140	1.220.621
Aplicações no mercado aberto - Posição Vendida.....	1.366.813	434.696	-	-	1.801.509	1.801.509	1.629.519	1.627.494
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	83.185	-	83.185	83.185	56.266	56.266
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	-	-	-	-	-	258.696	258.696
Total em 30.06.2018 - R\$.....	1.370.359	434.706	83.185	-	1.888.250	1.888.250	-	-
- %.....	72,6%	23,0%	4,4%	0,0%	100,0%	-	-	-
Total em 30.06.2017 - R\$.....	715.748	1.172.467	21.412	34.854	-	-	1.944.481	1.942.456
- %.....	36,8%	60,3%	1,1%	1,8%	-	-	100,0%	-

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Composição da carteira

Títulos	30.06.2018			30.06.2017		
	Livres	Vinculadas	Total	Livres	Vinculadas	Total
L.F.T.....	3.046	89.082	92.128	187.198	1.580.099	1.767.297
L.T.N.....	147.172	360.670	507.842	27.038	491.995	519.033
N.T.N.-B.....	62.726	153.308	216.034	9.394	234.016	243.410
N.T.N.-F.....	420.268	1.325.151	1.745.419	6.018	-	6.018
Debêntures.....	141.117	44.312	185.429	135.811	35.758	171.569
Fundos de Investimentos.....	22.133	-	22.133	48.486	-	48.486
Aplicações em T.V.M. no exterior.....	18.208	94.762	112.970	17.228	115.922	133.150
Notas Promissórias.....	-	-	-	31.797	-	31.797
Certificado de Recebíveis do Agronegócio.....	-	-	-	3.601	-	3.601
Total.....	814.670	2.067.285	2.881.955	466.571	2.457.790	2.924.361

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos	30.06.2018						30.06.2017			
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
L.F.T.....	-	-	-	-	50.939	41.189	92.128	92.115	1.767.297	1.763.725
L.T.N.....	-	-	-	1.747	349.868	-	351.615	351.326	462.368	459.636
N.T.N.-B.....	-	-	-	-	45.654	95	45.749	45.513	87.649	86.685
N.T.N.-F.....	-	-	-	129.948	309.560	1.305.911	1.745.419	1.723.073	6.018	5.928
Fundos de Investimentos.....	13.997	-	-	-	-	-	13.997	13.997	43.171	43.171
Total - Negociação (b.1).....	13.997	-	-	131.695	756.021	1.347.195	2.248.908	2.226.024	2.366.503	2.359.145
L.T.N.....	-	-	-	-	156.227	-	156.227	163.016	56.665	57.185
N.T.N.-B.....	-	-	-	-	170.285	-	170.285	178.075	155.761	158.940
Debêntures.....	-	-	7.884	164.195	-	13.350	185.429	185.633	118.947	124.197
Fundos de Investimentos.....	8.136	-	-	-	-	-	8.136	8.136	5.315	5.315
Certificado de Recebíveis do Agronegócio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	3.601	3.651
Notas Promissórias.....	-	-	-	-	-	-	-	-	31.797	31.881
Total - Disponíveis para Venda (b.2).....	8.136	-	7.884	164.195	326.512	13.350	520.077	534.860	372.086	381.169
Debêntures.....	-	-	-	-	-	-	-	-	52.622	52.622
Aplicações em T.V.M. no exterior.....	-	-	-	3.767	109.203	-	112.970	112.970	133.150	133.150
Total - Mantidos até o Vencimento (b.3).....	-	-	-	3.767	109.203	-	112.970	112.970	185.772	185.772
Total em 30.06.2018 - R\$.....	22.133	-	7.884	299.657	1.191.736	1.360.545	2.881.955	2.873.854	-	-
- %.....	0,8%	0,0%	0,3%	10,4%	41,3%	47,2%	100,0%	-	-	-
Total em 30.06.2017 - R\$.....	101.108	34.896	11.003	168.424	1.130.199	1.478.731	-	-	2.924.361	2.926.086
- %.....	3,5%	1,2%	0,4%	5,8%	38,5%	50,6%	-	-	100,0%	-

O valor de mercado dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor de mercado de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

- b.1.** "Títulos para negociação": O ajuste positivo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 22.884 (2017 R\$ 7.358), obtido entre os valores de custo R\$ 2.226.024 (2017 R\$ 2.359.145) e de mercado R\$ 2.248.908 (2017 R\$ 2.366.503), foi registrado em conta adequada do resultado.
- b.2.** "Títulos disponíveis para venda": O ajuste negativo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 14.783 (2017 R\$ 9.083), obtido entre os valores de custo R\$ 534.860 (2017 R\$ 381.169) e de mercado R\$ 520.077 (2017 R\$ 372.086), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos.
- b.3.** "Títulos mantidos até o vencimento": registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ zero (2017 R\$ 42.055), em contrapartida ao resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 108.901 (2017 R\$ 215.504).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na B3, na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços, conforme demonstrado abaixo:

	2018			2017		
	Valores de mercado		Valores de custo atualizados	Valores de mercado		Valores de custo atualizados
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)
PRÉ.....	7.700	(832)	(918)	16.690	(1.737)	(1.741)
CDI.....	1.910.667	(188.133)	(177.836)	1.901.631	284.196	333.440
DÓLAR.....	1.187.167	41.596	39.670	559.178	8.467	7.291
LIBOR.....	-	-	-	18.220	(117)	(1)
Swaps.....	3.105.534	(147.369)	(139.084)	2.495.719	290.809	338.989
DÓLAR.....	102.294	2.191	2.663	115.084	(5.683)	(4.842)
Termo de moedas.....	102.294	2.191	2.663	115.084	(5.683)	(4.842)
Compra de opção de compra - Ações.....	1.328	22	36	6.376	276	314
Compra de opção de venda - Ações.....	456	3	7	4.717	9	36
DÓLAR.....	19.599	(2.510)	(1.892)	9.161	(476)	(1.020)
AÇÕES.....	838	(22)	(80)	3.455	(271)	(460)
Venda de opção de compra.....	20.437	(2.532)	(1.972)	12.616	(747)	(1.480)
Venda de opção de venda - Ações.....	384	(3)	(14)	4.217	(90)	(468)
Total Instrumentos Financeiros						
Derivativos (Ativo - Passivo).....	3.230.433	(147.688)	(138.364)	2.638.729	284.574	332.549
DI.....	7.511.087	(1.834)	(1.834)	2.627.100	(1.288)	(1.288)
DDI.....	4.024.856	8.686	8.686	5.076.569	5.692	5.692
DÓLAR.....	855.521	(909)	(909)	1.359.907	(389)	(389)
Futuros - Compras e Vendas.....	12.391.464	5.943	5.943	9.063.576	4.015	4.015

Os prêmios/diferenciais a receber e a pagar das operações de opções, termo e swaps e os ajustes diários a receber e a pagar das operações de futuros estão ajustados ao seu valor de mercado e são registrados em contas patrimoniais de "Instrumentos financeiros derivativos" e de "Negociação e intermediação de valores", respectivamente, e os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação.

Para a obtenção dos valores de mercado o Banco adotou os seguintes critérios: operações de futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a termo e de swaps estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços da B3.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidação financeira diária. Os contratos de Swaps proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Em 30.06.2018 a exposição total de risco de crédito em swaps de que trata o art. 1º item III da Circular BACEN nº 2.770 totalizava R\$ 549.681 (2017 R\$ 744.786).

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 2018	Total 2017
Swaps (a).....	1.646	13.537	(162.552)	-	-	(147.369)	290.809
Termo de moedas (a).....	352	(619)	2.458	-	-	2.191	(5.683)
Opções (a).....	(238)	(596)	(1.676)	-	-	(2.510)	(552)
Total em 30.06.2018.....	1.760	12.322	(161.770)	-	-	(147.688)	-
Total em 30.06.2017.....	(910)	20.107	(6.220)	271.597	-	-	284.574
Total em 30.06.2018 (b).....	4.936.702	726.357	4.855.257	1.065.788	807.360	12.391.464	-
Total em 30.06.2017 (b).....	2.278.232	1.863.034	2.217.987	1.750.127	954.196	-	9.063.576

(a) Valores de exposição líquida; e (b) valores de referência.

c. Derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado

Em 30.06.2018, o Banco não possuía operação de hedge contábil de risco de mercado. Em 2017, a operação de hedge existente tinha por objetivo compensar riscos da exposição à variação no valor de mercado entre a variação acumulada da taxa de juros DI e da taxa de juros pré-fixadas contratadas nas aplicações compromissadas:

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	30.06.2017		% Efetividade		
			Valor de mercado Instrumento	Variação no valor de mercado Objeto de			
			de Hedge	Hedge			
Aplicações em compromissadas (a).....	Pré	Futuros	1.616.545	1.629.519	13.985	14.099	99,2%
(a) O ajuste positivo a valor de mercado das aplicações em compromissadas objeto de hedge totalizou R\$ 2.025 e encontra-se registrado no grupo de "Aplicações no mercado aberto" (vide nota 5).							

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Na data do balanço, a carteira de crédito atingiu R\$ 354.418 (2017 R\$ 468.448). Se incluído o saldo de R\$ 249.714 (2017 R\$ 259.629) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R\$ 604.132 (2017 R\$ 728.077).

a. Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento

	Parcelas a Vencer					Parcelas vencidas		Total 30.06.2018	Total 30.06.2017
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	até 12 meses	Total		
Empréstimos - Indústria.....	7.547	-	1.676	1.676	904	-	11.803	33.330	
Empréstimos - Comércio.....	43	-	-	-	-	-	43	7.736	
Empréstimos - Outros Serviços.....	-	59.707	-	-	-	7.963	67.670	93.913	
Financiamentos - Indústria.....	3.248	8.135	20.297	17.757	95.376	-	144.813	183.846	
Financiamentos - Outros Serviços.....	3.716	7.802	19.134	18.534	31.186	-	80.372	95.669	
Financiamentos à Exportação - Indústria.....	26.114	-	-	-	-	-	26.114	-	
Total - Operações de Crédito.....	40.668	75.644	41.107	37.967	127.466	7.963	330.815	414.494	
Fianças Honradas - Outros Serviços.....	-	-	-	-	-	-	-	33.763	
Créditos Decorrentes de Contratos de Exportação - Indústria.....	25	-	-	2.358	21.220	-	23.603	20.191	
Total - Outros Créditos - Diversos (nota 9 "c").....	25	-	-	2.358	21.220	-	23.603	53.954	
Total em 30.06.2018 - R\$.....	40.693	75.644	41.107	40.325	148.686	7.963	354.418	-	
- %.....	11,5%	21,3%	11,6%	11,4%	42,0%	2,2%	100,0%	-	
Total em 30.06.2017 - R\$.....	20.465	45.211	128.450	39.723	165.919	68.680	-	468.448	
- %.....	4,4%	9,6%	27,4%	8,5%	35,4%	14,7%	-	100,0%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

b. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa mínima exigida nos correspondentes níveis de risco conforme estabelecido na referida Resolução:

Níveis de Risco	%	30.06.2018					30.06.2017				
		Saldo da Carteira			Provisão		Saldo da Carteira			Provisão	
		Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil	Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA.....		70.615	-	70.615	-	-	91.668	-	91.668	-	-
A.....	0,5	153.204	-	153.204	766	766	191.275	-	191.275	956	1.040
B.....	1,0	24.610	-	24.610	246	246	20.191	-	20.191	202	202
C.....	3,0	-	-	-	-	-	29.606	-	29.606	888	1.480
D.....	10,0	26.113	-	26.113	2.612	2.612	15.929	-	15.929	1.593	1.593
E.....	30,0	71.913	-	71.913	21.574	21.574	51.100	-	51.100	15.330	15.330
G.....	70,0	-	7.963	7.963	5.574	5.574	-	68.679	68.679	48.075	48.075
Total		346.455	7.963	354.418	30.772	30.772	399.769	68.679	468.448	67.045	67.220

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31.12.2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizava R\$ 87.769, sendo movimentada no decorrer do semestre por: a) complemento R\$ 3.751 (2017 R\$ 50.936); b) baixa de operações de crédito R\$ 60.748 (2017 R\$ 1.903); e c) variação cambial negativa R\$ zero (2017 R\$ 36), atingindo o saldo final de R\$ 30.772, correspondente a 8,7% (2017 14,5%) da carteira de crédito. No decorrer dos 1º semestres de 2018 e 2017 não ocorreram recuperações de créditos e o saldo das operações renegociadas no primeiro semestre de 2018 totalizou R\$ zero (2017 R\$ 51.100).

d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas)

	30.06.2018		30.06.2017	
	Montante	%	Montante	%
• Maior devedor	139.544	23,1%	147.204	20,2%
• 10 maiores devedores	532.237	88,1%	596.029	81,9%
• 20 maiores devedores	601.334	99,5%	698.238	95,9%
• 50 maiores devedores	604.132	100,0%	728.077	100,0%
• Total da carteira.....	604.132	100,0%	728.077	100,0%

9 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

- a. **Outros créditos - Negociação e Intermediação de Valores (Ativo):** Representados por depósitos em garantia realizados em bancos no exterior R\$ 17.546 (2017 R\$ 11.115) e pelas operações com ativos financeiros realizados na B3 (vide nota nº 7 "a") no valor de R\$ 5.943 (2017 R\$ 4.015) cujas liquidações ocorrem até o terceiro dia útil subsequente à data do balanço.
- b. **Outros créditos - Diversos:** Compostos por créditos decorrentes de contratos de exportação (vide nota nº 8 "a") R\$ 23.603 (2017 R\$ 20.191), créditos tributários de impostos e contribuições (vide nota 13 "b") R\$ 229.088 (2017 R\$ 141.977), devedores por depósitos em garantia (vide nota nº 14 "a") R\$ 118.103 (2017 R\$ 123.010), impostos e contribuições a compensar R\$ 8.992 (2017 R\$ 8.408) e adiantamentos, pagamentos a ressarcir e devedores diversos R\$ 1.839 (2017 R\$ 3.112).
- c. **Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias:** Compostas por provisão para imposto de renda diferido calculado sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos (vide nota nº 13 "b") R\$ 21.003 (2017 R\$ 37.190) e impostos e contribuições a recolher R\$ 3.311 (2017 R\$ 1.563).
- d. **Outras obrigações - Diversas:** Compostas por provisão para riscos fiscais (vide nota nº 14 "a") R\$ 117.929 (2017 R\$ 122.785), provisão para pagamentos a efetuar R\$ 5.033 (2017 R\$ 4.420), provisão para passivos trabalhistas (vide nota nº 14 "b.2") R\$ zero (2017 R\$ 1.131), provisão para riscos de créditos R\$ zero (2017 R\$ 349), provisão para garantias financeiras prestadas (vide nota 9 "e") R\$ 3.181 (2017 R\$ 3.504) e credores diversos - país R\$ 1.072 (2017 R\$ 1.442).
- e. **Garantias financeiras prestadas:** A Resolução CMN nº 4.512 de 28.07.2016 regulamentou sobre a avaliação de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas, bem como, sobre a constituição e registro de provisão suficiente para cobertura dessas prováveis perdas a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. Em 31.12.2017 a provisão totalizava R\$ 3.500, sendo revertida contra o resultado a parcela de R\$ 319, atingindo o saldo final de R\$ 3.181, correspondente a 1,3% da carteira de fianças prestadas (R\$ 249.714).

10 INVESTIMENTOS

Compostos por participações em controladas R\$ 266.047 (2017 R\$ 145.559) e por outros investimentos R\$ 9.297 (2017 R\$ 9.979), representados basicamente por ações de empresa de capital fechado.

	Haitong Securities do Brasil CCVM S.A.	Haitong do Brasil DTVM S.A. (a)	Haitong do Brasil Participações Ltda.	Haitong Negócios S.A. (b)	Total
Capital Social.....	100.000	51.900	40.780	54.090	
Patrimônio Líquido.....	90.293	36.895	54.817	84.042	
Lucro (Prejuízo) no semestre.....	2.415	442	752	1.281	
Quantidade de ações possuídas - ON.....	12.809.890	3.503.519.702	-	25.281.790	
Quantidade de ações possuídas - PN.....	12.528.520	-	-	-	
Quantidade de quotas possuídas.....	-	-	40.779.891	-	
% Participação.....	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Resultado de equivalência patrimonial:					
• 1º Semestre 2018.....	2.415	442	752	1.281	4.890
• 1º Semestre 2017.....	415	(232)	629	-	812
Valor contábil dos investimentos:					
• Em 30.06.2018.....	90.293	36.895	54.817	84.042	266.047
• Em 30.06.2017.....	86.891	4.051	54.617	-	145.559

(a) Em 26.01.2018 foi realizado aumento do capital social no montante de R\$ 32.525 mediante a emissão de 3.126.027.866 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo integralizadas à vista, no ato da subscrição. Esse aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 06.02.2018.

(b) Em 18.01.2018, o Banco adquiriu a totalidade das ações no capital social da Haitong Negócios S.A. de sua controlada Haitong do Brasil Participações Ltda. pelo valor de R\$ 32.671, correspondente ao valor patrimonial das ações em 31.12.2017. Posteriormente, na AGE de 19.01.2018, aumentou o capital da Sociedade no montante de R\$ 50.090 mediante a emissão de 15.301.459 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo integralizadas à vista, no ato da subscrição, com o objetivo de aumentar o seu caixa aplicado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

11 RECURSOS CAPTADOS

a. Composição da carteira por prazos de vencimento

						30.06.2018		30.06.2017	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
• Interfinanceiros (a).....	102.700	19.522	-	-	-	122.222	122.222	426.687	426.687
• A Prazo (b).....	223.038	248.111	273.690	-	-	744.839	744.839	1.162.398	1.162.398
Depósitos.....	325.738	267.633	273.690	-	-	867.061	867.061	1.589.085	1.589.085
Captações no mercado aberto.....	2.986.145	426.808	-	71.776	-	3.484.729	3.489.154	3.366.729	3.366.729
Letras financeiras (c).....	18.960	40.795	348.613	8.112	-	416.480	416.480	91.061	91.061
Certificados de Operações Estruturadas.....	-	1.257	-	-	-	1.257	1.257	8.530	8.530
Obrigações p/Repasse (BNDES) (d).....	5.571	12.367	38.483	36.292	115.882	208.595	208.595	225.149	225.149
Obrigações p/Repasse (FINAME) (d).....	1.370	1.383	-	-	-	2.753	2.753	10.953	10.953
Total em 30.06.2018 - R\$.....	3.337.784	750.243	660.786	116.180	115.882	4.980.875	4.985.300	-	-
- %.....	67,0%	15,1%	13,3%	2,3%	2,3%	100,0%	-	-	-
Total em 30.06.2017 - R\$.....	2.330.328	2.020.718	429.575	366.878	144.008	-	-	5.291.507	5.291.507
- %.....	44,0%	38,2%	8,1%	7,0%	2,7%	-	-	100,0%	-

Em 30.06.2018 os recursos captados no País possuíam as seguintes características:

- (a) Depósitos interfinanceiros com vencimentos até dezembro de 2018, indexados à variação do DI;
 (b) Depósitos a prazo negociados à taxa prefixada até 19,06% a.a., com vencimentos até junho de 2020 e indexados à variação do DI com vencimentos até junho de 2020;
 (c) Letras financeiras emitidas com vencimento até maio de 2023, basicamente indexados à variação do DI; e IPCA e
 (d) Obrigações para repasses (BNDES) com vencimentos até março 2034 basicamente indexados à variação da TJLP acrescidos de juros até 2,3% a.a..

b. Concentração dos Depósitos (incluem depósitos interfinanceiros e a prazo)

	30.06.2018		30.06.2017	
	Montante	%	Montante	%
• Maior depositante.....	189.119	21,8%	312.526	19,7%
• 10 maiores depositantes.....	675.518	77,9%	1.316.986	82,9%
• 20 maiores depositantes.....	745.503	86,0%	1.442.883	90,8%
• 50 maiores depositantes.....	763.034	88,0%	1.534.646	96,6%
• Total de Depósitos.....	867.061	100,0%	1.589.085	100,0%

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a. **Capital Social:** O capital social é de R\$ 420.000, representado por 127.338.665 ações nominativas, sendo 63.669.344 ações ordinárias e 63.669.321 ações preferenciais, sem valor nominal.
 b. **Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Para as ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97. Por conta dos prejuízos obtidos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, não houve a distribuição de dividendos.
 c. **Reservas de Lucros:** A Reserva para expansão é constituída com o objetivo de amparar futuros planos de investimentos e, será utilizada para compensar prejuízos, quando houver, aumentar o capital social ou pagamento de dividendos. Do lucro líquido do exercício, 5% se aplicam na constituição da Reserva Legal, que não deve exceder 20% do capital.

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	(63.155)	(63.155)	(77.323)	(77.323)
Adições/(Exclusões) Permanentes e Temporárias.....	4.350	4.843	76.359	76.353
• Despesas não dedutíveis.....	61.364	61.144	80.382	79.212
• Provisões Indedutíveis.....	(96.882)	(96.882)	(6.610)	(6.610)
• Resultado de Controladas no país.....	(4.890)	(4.890)	(812)	(812)
• Resultado de Filial no exterior.....	(66.247)	(66.247)	(6.467)	(6.467)
• Participações no lucro.....	-	-	(1.579)	(1.579)
• Ajuste de TVM e derivativos ao valor de mercado.....	111.718	111.718	12.609	12.609
• Outras adições/(exclusões).....	(713)	-	(1.164)	-
Base de cálculo dos encargos.....	(58.805)	(58.312)	(964)	(970)
Total dos encargos devidos no período.....	-	-	-	-
Constituição de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	14.701	11.663	241	194
Constituição de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias.....	13.587	11.976	19.166	14.948
Reversão de IRPJ e CSLL Diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos.....	3.416	828	1.390	2.870
IRPJ e CSLL creditados ao Resultado.....	31.704	24.467	20.797	18.012

b. Créditos tributários e provisões diferidas

	Saldo 31.12.2017	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 30.06.2018
Movimentação 1º semestre 2018				
Base negativa de CSLL.....	-	11.663	-	11.663
Prejuízo fiscal de IRPJ.....	-	14.701	-	14.701
Provisão para devedores duvidosos.....	39.497	1.688	(27.337)	13.848
Créditos baixados para prejuízo.....	45.170	27.337	-	72.507
Provisão para riscos de crédito.....	38.960	8.498	(27.220)	20.238
Provisão para fianças prestadas (vide nota 9 "e").....	1.574	-	(144)	1.430
Provisão para riscos fiscais.....	44.798	1.772	-	46.570
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos.....	-	40.616	-	40.616
Outros créditos tributários.....	509	353	-	862
Subtotal Créditos Tributários.....	170.508	106.628	(54.701)	222.435
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda.....	572	6.081	-	6.653
Total Créditos Tributários.....	171.080	112.709	(54.701)	229.088
Total Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. mercado de títulos, derivativos e itens objeto de hedge).....	(25.247)	(4.838)	9.082	(21.003)
Total Posição Líquida.....	145.833	107.871	(45.619)	208.085

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Saldo em		Realização	Saldo em
	31.12.2016	Constituição	e/ou Reversão	30.06.2017
Movimentação 1º semestre 2017				
Subtotal Créditos Tributários	103.341	71.402	(36.853)	137.890
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	1.796	2.291	-	4.087
Total Créditos Tributários	105.137	73.693	(36.853)	141.977
Total Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. mercado de títulos, derivativos e itens objeto de hedge)	(41.450)	-	4.260	(37.190)
Total Posição Líquida	63.687	73.693	(32.593)	104.787

O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 208.085 (2017 R\$ 104.787) correspondente a 40,4% (2017 25,3%) em relação ao patrimônio líquido:

- Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 222.435 (2017 R\$ 141.977), sendo registrado no grupo "Outros Créditos - Diversos" (vide nota 9 "b"). A constituição desses créditos tributários está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.
- As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 21.003 (2017 R\$ 37.190) foram calculadas sobre os ajustes positivos de valor de mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos e a receita não tributável de atualização dos depósitos judiciais, sendo registrado na rubrica "Fiscais e Previdenciárias" do grupo "Outras Obrigações" (vide nota 9 "c").

Em 30.06.2018, inexistiam créditos tributários não ativados e o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações diferidas, calculados com base na taxa Selic, monta em R\$ 193.151 (2017 R\$ 95.609). A Administração estima que a realização desses créditos tributários e a exigibilidade das obrigações diferidas ocorrerá em até 10 anos conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Saldos em 30.06.2018					
	Créditos	Obrigações	Posição	Valor	% Realizável (Exigível)	
	Tributários	Diferidas	Líquida	Presente	Anual	Acumulado
2018.....	35.328	(3.804)	31.524	29.489	15,1%	15,1%
2019.....	20.705	-	20.705	19.350	10,0%	25,1%
2020.....	40.631	-	40.631	37.621	19,5%	44,6%
2021.....	18.467	-	18.467	17.099	8,9%	53,5%
2022.....	83.745	(17.199)	66.546	61.618	32,0%	85,5%
2023.....	15.079	-	15.079	13.962	7,2%	92,7%
2024.....	5.486	-	5.486	5.080	2,7%	95,4%
A partir de 2025	9.647	-	9.647	8.932	4,6%	100,0%
Total	229.088	(21.003)	208.085	193.151		

14 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

a. Obrigações Legais: Referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, com destaque para:

a.1) O recolhimento das contribuições ao PIS e a COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 116.426 (2017 R\$ 121.282) e R\$ 116.537 (2017 R\$ 121.444), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Em 31.12.2017 a provisão totalizava R\$ 111.995, sendo complementada no decorrer do semestre por novas obrigações R\$ 2.134 (2017 R\$ 2.213) e por atualização R\$ 2.297 (2017 R\$ 5.471), atingindo o saldo final de R\$ 116.426, cujo montante ampara integralmente o risco decorrente dessas obrigações.

a.2) Cobrança de supostos créditos tributários de IRPJ, IRRF e PIS, cujos valores foram depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional cujos saldos de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R\$ 1.502 (2017 R\$ 1.502).

Essas obrigações legais encontram-se registradas na rubrica "Provisão para riscos fiscais" do grupo "Outras Obrigações - Diversas" (nota 9 "d") e os depósitos judiciais existentes encontram-se registrados na rubrica "Devedores por Depósitos em Garantia" do grupo "Outros Créditos - Diversos" (nota 9 "b").

b. Passivos Contingentes

b.1) O Banco possuía as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de "perda possível": **i)** previdenciárias - R\$ 11.259: processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias (períodos de 2008 a 2012); **ii)** fiscais - R\$ 2.874: representados principalmente por processos administrativos relativos a compensação de bases negativas na apuração da CSLL do ano base 2008 (R\$ 1.284), cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais da CETIP (R\$ 536) e compensações pleiteadas por PER/DCOMP e não homologadas (R\$ 797); e **iii)** trabalhistas cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 9.117, sendo a maioria em início de discussão.

b.2) A controlada Haitong Securities do Brasil S.A. - C.C.V.M. possuía contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas, em discussão nas esferas administrativa e judicial, as quais foram avaliadas pelos nossos assessores legais como de "perda possível", representados principalmente por processos fiscais relativos às cobranças de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP (R\$ 41.226) e de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP (R\$ 38.585) e para os processos trabalhistas (R\$ 40.109), sendo a maioria em início de discussão.

15 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

		Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
		30.06.2018	30.06.2017	1ºsem/2018	1ºsem/2017
Diferencial de "swap" a receber/(a pagar)		-	-	-	(185)
Haitong Investment Ireland Plc. (Irlanda).....	Ligada	-	-	-	(185)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		(3.060)	(3.060)	-	-
Haitong Bank S.A. (Lisboa).....	Controlador direto	(3.060)	(3.060)	-	-
Depósitos interfinanceiros		-	-	(13)	-
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	Controlada	-	-	(13)	-
Depósitos a prazo		(104.062)	(17.973)	(2.894)	(1.028)
Haitong Negócios S.A.	Controlada	(56.034)	(5.952)	(1.547)	(360)
Haitong do Brasil Participações Ltda.	Controlada	(48.028)	(12.021)	(1.347)	(668)
Captações no mercado aberto		(43.342)	(14.277)	(1.141)	(1.131)
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	Controlada	(12.408)	(14.277)	(429)	(1.131)
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A.	Controlada	(30.934)	-	(712)	-
(Credores)/Devedores - conta liquidações pendentes		-	-	-	(14)
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	Controlada	-	-	-	(14)

b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados "pessoal-chave", totalizaram R\$ 2.643 no 1º semestre de 2018 (2017 R\$ 4.208). O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

16 GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Introdução

O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes a legislação local, melhores práticas internacionais e integração com o acionista controlador.

b. Tipos de Risco

- **Risco de Mercado e IRRBB (Interest Rate Banking Book):** O risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultante de flutuações em taxas de juros, preços de ações/commodities, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensibilizam o valor de mercado de instrumentos detidos pela instituição. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através de informações diárias à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos na matriz. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (*Value at Risk*), análise de sensibilidade (V01) e *Stress Testing*. Complementando a estrutura de acompanhamento de riscos de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Já o IRRBB é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira bancária. Os riscos da carteira bancária são apurados conforme metodologias estipuladas na Circular nº 3.876, visto que, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, até o momento apenas as instituições dos segmentos S1 e S2 estão elegíveis para avaliar a sua suficiência de patrimônio para cobertura dos riscos do IRRBB.
- **Risco de Crédito:** Trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Toda exposição a risco de crédito é aprovada localmente e referendada pela matriz em comitês globais de crédito. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de *rating* aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às exposições.
- **Risco de Liquidez:** Trata-se de a incapacidade da instituição honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, sem que isso afete suas operações diárias ou mesmo incorra em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (*High Quality Liquid Asset*) e que estejam desonerados de qualquer embaraço. Além disso, faz-se também o monitoramento mensal dos indicadores de liquidez definidos pelo Comitê de Basileia, nomeadamente LCR () e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*). Todas estas métricas são reportadas à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos na matriz, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, conforme rege as boas práticas do controle do risco de liquidez.
- **Risco Operacional:** Trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. As ocorrências de eventos de risco operacional são registradas em sistema próprio (GRO - Gerenciamento do Risco Operacional) pelas respectivas áreas. Os eventos são monitorados e reportados, à Administração local e ao controle de riscos na matriz.
- **Risco de Compliance:** Trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional ou decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, aculturação dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco.
- **Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo:** Risco de, eventualmente, o Banco ser intencionalmente utilizado para a lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de financiamento ao terrorismo relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não constar de listas internacionais divulgadas pelo GAFI - Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseados em práticas internacionais, que abrangem governança corporativa, sistemas informáticos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção a lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo, para capacitá-los às suas políticas internas sobre o assunto.
- **Risco Reputacional:** Está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na dinâmica e evolução das atividades da instituição.
- **Risco Socioambiental:** Trata-se da como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental, inclusive o risco de imagem e reputação, são fatores considerados nas análises de risco de crédito e operacional a que a Instituição está exposta, considerando o relacionamento e atividades pertinentes da instituição. Dessa forma, o gerenciamento adequado do risco socioambiental está atrelado a mitigação dos eventos que podem impactar o risco operacional, risco de crédito, risco reputacional e risco de capital da instituição. A instituição estabelece um questionário de responsabilidade socioambiental como formulário indispensável no cadastro do cliente. Além disso, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impacto socioambiental na destinação dos recursos. Sempre que houver algum risco socioambiental, os contratos vinculados estabelecerão cláusula específica de vencimento antecipado, a obrigação do devedor manter as licenças ambientais em dia e a de informar a instituição qualquer atuação que tenha sofrido.

c. Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação: De acordo com as atividades previstas pela "Agenda BC+" e com o alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sem prejuízo da segurança, solidez das instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância. Nesse contexto, o Haitong Brasil foi classificado no segmento "53" designado as instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB na data da publicação.

Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIR). A Resolução aponta para a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, "*Risk Appetite Statement*"), estabelecimento de programa de testes de estresses, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência.

d. Governança de Riscos e Capital

O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRO, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Ao nível Executivo, assumem papel importante na gestão do risco e do capital, a Diretoria do Banco, o Diretor responsável (CRO - *Chief Risk Officer*), o Comitê de Crédito e Riscos no Brasil e o Comitê Global de Crédito Haitong Bank em Portugal.

O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em "Três Linhas de Defesa" que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue:

1. **Primeira Linha de Defesa** é aquela representada pelas áreas de negócios (*Front-Office*), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas.
2. **Segunda Linha de Defesa** é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TVSegurança.
3. **Terceira Linha de Defesa** é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa.

O funcionamento das "Três Linhas de Defesa", mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco. **Cultura de Risco:** O Haitong Brasil tem adotado ações diversas para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente.

e. Gestão Integrada de Riscos: De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de saná-las.

O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (*Chief Risk Officer*). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, políticas e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consoante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista.

A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco *vis a vis* aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância a risco são definidos e formalizados nos respectivos comitês internos de governança.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Valores atualizados com base no último relatório distribuído - 30/06/2018:

- **Risco de Mercado:** O VaR do Banco totalizava R\$ 1.666 (Média de R\$ 1.459 em 2018), o que representou 0,47% do Patrimônio de Referência de encerramento do semestre.
- **Risco de Liquidez:** A liquidez livre/disponível totalizava R\$ 842.650 (Média de R\$ 776.928 em 2018), o que representou 2,35 vezes o PR. O Banco apura os indicadores de liquidez LCR e NSFR para efeitos de consolidação com a matriz e para sua gestão interna, embora não haja requerimento local pelo regulador para o Haitong Brasil. Na data, o LCR encontrava-se em 449,3% e o NSFR em 114,5%, ambos superiores aos limites estabelecidos pelos reguladores local e global.
- **Razão de Alavancagem:** Na data de fechamento esse índice reportado foi de 5,34%.
- **Risco de Crédito:** As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 604.132 correspondente a 10,3% do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes principais setores: Energia Elétrica (37,7%); Telecomunicações (15,5%); Água e Saneamento (11,9%); Intra-estrutura de Transporte (9,2%) e Agroalimentar (9,1%). Desta carteira, 74,7% das operações estavam cobertas por garantias cedidas pelos clientes, representadas principalmente por: Avais, Fianças e SBLCs (46,9%); Ações Corporativas (32,6%); Equipamentos (5,8%); Grãos (5,3%); Imóveis (4,0%) e o restante distribuído entre Conta Reserva e Vinculação de Receitas (5,4%).

f. Gerenciamento de Capital:

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Mínimo Capital exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a de fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. Além disso, conforme prevê legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estágios necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

17 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basileia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais sólido às crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre o patrimônio líquido de referência e o patrimônio líquido exigido e os riscos médios ponderados (RWA):

	Conglomerado Prudencial
• Capital Principal	358.166
• Patrimônio de Referência - Total	358.166
• RWA - risco de crédito	91.347
• RWA - risco de mercado	60.601
• RWA - risco operacional	19.165
• Patrimônio de Referência exigido	171.113
• Excesso de PR (TIER I + TIER II)	187.053
• % Índice em 30.06.2018 - de Basileia	18,1%
• % Índice em 30.06.2017 - de Basileia	18,5%
Adicional de Capital Principal - Segmento "S3"	37.198
• Excesso de PR (TIER I + TIER II) + ACP	149.855
• % Índice em 30.06.2018 - de Basileia	17,7%
• % Índice em 30.06.2017 - de Basileia	18,2%
• Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB)	26.149
b. Receitas de prestação de serviços: composta por receitas de assessoria técnica especializada R\$ 11.825 (2017 R\$ 3.972); rendas de garantias prestadas R\$ 3.642 (2017 R\$ 3.855) e outras receitas de tarifas e comissão pela colocação e intermediação de títulos R\$ 7 (2017 R\$ 4).	
c. Outras despesas administrativas: composta por despesas com serviços do sistema financeiro R\$ 1.549 (2017 R\$ 1.371); de comunicações R\$ 1.691 (2017 R\$ 2.492); serviços de terceiros e técnicos especializados R\$ 1.329 (2017 R\$ 1.592); aluguéis e condomínio R\$ 1.595 (2017 R\$ 3.790); processamento de dados e informática R\$ 1.914 (2017 R\$ 2.022); com viagens R\$ 294 (2017 R\$ 385); depreciações e amortizações R\$ 1.893 (2017 R\$ 1.923) e outras despesas R\$ 1.534 (2017 R\$ 1.978).	
d. Despesas tributárias: composta por despesas com tributos federais (PIS, COFINS, IOF) R\$ 3.964 (2017 R\$ 2.433), estaduais (IPVA) R\$ 56 (2017 R\$ 45) e municipais (ISS, IPTU) R\$ 922 (2017 R\$ 623).	
e. Outras receitas operacionais: composta basicamente pela variação cambial positiva de investimentos em dependência no exterior R\$ 57.794 (2017 R\$ 4.774), por reversão de provisão p/garantias financeiras prestadas R\$ 319 (2017 R\$ 1.002), por receitas financeiras R\$ 34 (2017 R\$ 79) e pela renda de créditos por avais e fianças honrados R\$ zero (2017 R\$ 602).	
f. Outras despesas operacionais: composta basicamente pelo complemento de provisão para risco de crédito R\$ 2.475 (2017 R\$ 341) e pela variação cambial negativa de disponibilidades em moedas estrangeiras R\$ 5.907 (2017 R\$ zero).	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yong Lin
Chairman

Alan do Amaral Fernandes
 Frederico dos Reis Arrochela Alegria
 Paulo José Lameiras Martins
 Roberto Fonseca Simões Filho

DIRETORIA

Alan do Amaral Fernandes
Presidente

Carlos José Caetano Guzzo
 Roberto Fonseca Simões Filho
 Silvan Barros Suassuna

CONTADOR

Marcos Tetsuo Takeda - CRC-1SP197374/O-1

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador

CRC nº 1 SP 201506/O-5